



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
RELACIONADA ÀS MORTES DE JOVENS, MAJORITARIAMENTE, NEGROS,
OCORRIDAS EM MAIO DE 2006, NO ESTADO DE SÃO PAULO, FATO CONHECIDO
COMO “MASSACRE DE MAIO”, EM DECORRÊNCIA DO PROTOCOLO DE
INTENÇÕES PARA REDUÇÃO DAS BARREIRAS DE ACESSO À JUSTIÇA À
JUVENTUDE NEGRA EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA
SÃO PAULO, 7 DE ABRIL DE 2015

Aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, às dez horas, no edifício-sede do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), iniciou-se a Audiência Pública sobre a atuação do Ministério Público relacionada às mortes de jovens, majoritariamente, negros, ocorridas em maio de 2006, no Estado de São Paulo, fato conhecido como “Massacre de Maio”, sob a Presidência do Conselheiro Jarbas Soares Junior, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Presentes os Conselheiros do CNMP Jeferson Luiz Pereira Coelho, Cláudio Henrique Portela Do Rego, Esdras Dantas De Souza e Leonardo Henrique De Cavalcante Carvalho; o Procurador-Geral de Justiça de São Paulo, Márcio Fernando Elias Rosa; o Corregedor-Geral do MPSP, Paulo Afonso Garrido De Paula; o Promotor de Justiça coordenador do Núcleo de Políticas Públicas do MPSP e membro colaborador do CNMP, Eduardo Ferreira Valério; o Promotor de Justiça Coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal do MPSP, Everton Luiz Zanella; representando o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, os Juízes de Direito, Vitor Frederico Kämpel e Christopher Alexander Roisin; representando a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, o Defensor Público Antônio Maffesoli; a Secretária Adjunta, Ângela Guimarães, e o Secretário de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPP/PR), Ronaldo Crispim Sena Barros; representando a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Vice-Presidente da Comissão Nacional de Promoção da Igualdade, Humberto Adami; os membros colaboradores do CNMP e integrantes do Grupo de Trabalho n. 4, de Enfrentamento ao Racismo e Respeito à Diversidade Étnico Cultural, Maria Bernadete Martins de Azevedo Figueiroa (MPPE), Andrea Nice Silveira Lino Lopes (MPT), Olympio de Sá Sotto Maior Neto (MPPR); o Presidente da Associação Paulista do MP, Membro e representante da Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), Felipe Locke Cavalcanti; o Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos de São Paulo, Rildo Marques de Oliveira; a representante do Movimento Mães de Maio, Débora Maria da Silva; o representante da Educação para Afrodescendentes e Carentes (EDUCAFRO), Frei Davi Raimundo dos Santos; entre outras



autoridades e cidadãos com destacada atuação nos movimentos sociais relacionados ao tema. Iniciados os trabalhos, o **Presidente** deu as boas vindas a todos, cumprimentou e agradeceu a presença das autoridades e dos participantes, em especial o Procurador-Geral de Justiça de São Paulo, Márcio Fernando Elias Rosa, e sua equipe, pela recepção ao evento. Mencionou que esta Audiência Pública decorre da Audiência Pública ocorrida no CNMP no dia 17 de setembro de 2014, referente ao Protocolo de Intenções para Redução das Barreiras de Acesso à Justiça à Juventude Negra em Situação de Violência, assinado pelo CNMP e também pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ); pela Secretaria-Geral, Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República; pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; e pelo Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais. Afirmou que, naquela oportunidade, a representante do Movimento Mães de Maio, Débora Maria da Silva, apresentou dossiê sobre a situação ocorrida em maio de 2006 em de São Paulo, cujo encaminhamento, dada a gravidades dos fatos, foi a realização desta Audiência Pública destinada a avaliar os fatos informados pela entidade Movimento Mães de Maio e as repercussões no âmbito do Ministério Público e aparelho estatal e a discutir as providências eventualmente cabíveis. Esclareceu que, conforme o Edital CDDF n. 001/2015, a Audiência Pública seria degravada e a ata resultante seria levada ao Plenário do CNMP para discussão e votação das eventuais providências cabíveis. Convidou as autoridades presentes para compor a mesa, justificando a ausência das demais autoridades convidadas que, por motivo de força maior, não compareceram. Destacou a destinação do evento no MP, casa da cidadania, em que todos buscam conhecer as demandas da sociedade, assumir compromissos e prestar contas. Ressaltou que, conforme a dinâmica adotada pelo CNMP, normalmente a Audiência Pública é aberta com um especialista para contextualizar o público sobre a matéria e de sua denúncia. No caso específico, convidou a representante do Movimento Mães de Maio, Débora Maria da Silva para iniciar o debate, que pediu autorização para que fosse exibido o filme “Apelo”, documentário que participa da Bienal, produzido pela artista paulista Clara Ianni, filmado no Cemitério Dom Bosco, em São Paulo, onde eram enterradas vítimas da ditadura e foram enterrados os filhos da noticiada violência policial no Estado. Após a exibição, **a representante do Movimento Mães de Maio, Débora Maria da Silva** agradeceu o Presidente pela coragem de promover a Audiência Pública. Esclareceu que mães de maio são as mães da união e da transformação do país, para que impunidade não seja enterrada junto com seus filhos. Disse que foram mais de 493 mortos em uma semana, entre 12 a 19 de maio de 2006, mais do que nos 21 anos de ditadura militar, sem contar os desaparecidos. Afirmou que era um crime de lesa-humanidade, investigado e provado pelas próprias mães e que, por isso, jamais os processos correlatos deveriam ter sido arquivados. Mencionou que isso somente ocorreu porque os jovens eram negros e pobres e não possuem acesso à justiça. Falou sobre a importância da federalização do caso para o Estado se manifeste com uma resposta, pois não aceita mais a omissão nem a “dança do carimbo”, cada instituição dizendo que a responsabilidade é da outra. Afirmou que mães tem seus filhos mortos pela violência policial diariamente, com o mesmo *modus operandi*, e que se houvesse tido uma punição na época, essa situação não teria se perpetuado. Afirmou que “o nosso país é um dos maiores produtores de mães de maio”, mas que “nossos mortos têm vozes”. Disse que se até os crimes da ditadura tiveram uma solução, acredita que os Crimes de Maio também tenham. Ressaltou a importância da desmilitarização de todos os órgãos públicos e da independência política da Polícia, pois “as mães criam seus filhos para que o Estado os proteja, e não os matem”. Falou que em São Paulo houve uma acharque, uma retaliação a presos e familiares, mortos em razão da corrupção, e pediu que o Estado assumisse isso. Mencionou que não houve investigação adequada e que as poucas provas que se conseguiu recolher foram escondidas ou apagadas, havendo apenas um caso porque as mães buscaram as testemunhas. Disse que não confia na Polícia, “que ameaça, tortura e mata”. Falou que não obteve, espontaneamente, acesso a nenhuma informação e que para conseguir teve que ser auxiliada pela SDH/PR. Ressaltou que ser pobre não é crime, é ser vítima da exclusão social. Mencionou que seu filho era gari e, no dia da morte, estava trabalhando,



apesar de licenciado por atestado médico em razão de 15 pontos que havia levado na boca. Esclareceu que apesar de não haver pena de morte no país, ela está bem determinada na periferia. Disse que o Estado matou não apenas seus filhos, mas as próprias mães, também vítimas da violência e que “isso tem que ter fim”, caso contrário a situação irá se agravar e afetar os próprios agentes do Estado. Pediu que o MP provoque esse modelo de audiência nos outros estados do país e sugeriu que o próximo fosse o Rio de Janeiro. O **Presidente**, ratificando a importância do tema, registrou que foi a primeira Audiência Pública fora de Brasília em que participaram mais conselheiros do CNMP, inclusive o Ouvidor Nacional, Conselheiro Esdras Dantas de Souza. Em seguida, passou a palavra às autoridades que quisessem se manifestar preliminarmente antes da fala dos inscritos. A **Secretária Adjunta da SEPPIR/PR, Ângela Guimarães**, saudou a todos na pessoa do Presidente e agradeceu a parceria do CNMP nas ações contra o genocídio e o extermínio da juventude negra. Afirmou que a Audiência Pública ocorrida em 17 de setembro de 2014, em Brasília, referente ao Protocolo de Intenções para Redução das Barreiras de Acesso à Justiça à Juventude Negra em Situação de Violência foi histórica e fundamental para convergir energias e retirar o assunto da invisibilidade. Ressaltou que esse tema representava o maior desafio da democracia brasileira, uma vez que o Estado possui 56 mil mortos por ano por homicídio, dos quais 30 mil são jovens, 77% são negros e 93% são homens, sendo 7 jovens negros mortos a cada duas horas. Mencionou que essa situação não se restringe a São Paulo, mas alcança todo o país, e que não é uma questão de âmbito municipal, estadual ou federal, mas de todos deles. Também esclareceu que não é uma situação nova e está se ampliando nos últimos anos, como mostram os recentes acontecimentos no bairro do Guamá, em Belém (PA), e no bairro Cabula, em Salvador (BA). Afirmou que o Estado brasileiro é ausente nas periferias, sendo que sua presença muitas vezes se restringe à Polícia em ações repressivas e ao IML nos recolhimento de corpos. Disse que se trata de um legado do colonialismo, do escravismo e da ditadura militar e que as respostas precisam ser mais efetivas. Mencionou que a persistência de grupos de extermínio, milícias, esquadrões da morte, torturas, cemitérios clandestinos, manipulação de provas para incriminação de vítimas, cumplicidade da mídia, não instituição ou arquivamento de inquéritos são provas da falência histórica do Estado. Esclareceu que, desde 2012, a SEPPIR/PR vem pactuando com estados e municípios e onze ministérios por meio do Plano Juventude Viva, que visa reduzir a vulnerabilidade da juventude negra à violência, criando oportunidades a pessoas de 15 a 29 anos por meio de ações sociais voltadas à educação, cultura, geração de trabalho e renda e outras temáticas. Explicou que a segunda fase do Plano tem por objetivo colocar o tema na agenda de segurança pública. A primeira ação é a proposta de emenda constitucional (PEC) para que a responsabilidade pela segurança pública seja compartilhada entre União, Estados e Municípios, não podendo o próprio ente se investigar. A segunda ação é o Pacto pela Redução dos Homicídios, com órgãos do sistema de justiça e de segurança pública. A terceira ação é a Escola Nacional de Formação dos Agentes de Segurança Pública. A quarta ação é o acompanhamento do parlamento em duas matérias: contra a PEC 171/93, que visa reduzir a maioria penal, e a favor da PEC 4471/12, que intenta por fim aos autos de resistência. Justificou que a primeira não se fundamenta porque apenas ampliaria o encarceramento seletivo de jovens negros e pobres, situação que seria agravada pela incapacidade do sistema prisional em ressocializar e do sistema de justiça em julgar todos os casos, uma vez que 38% são presos temporários e ainda não tiveram transitado em julgado. Explicou, ainda, que os autos de resistência são um perverso instrumento que vem retroalimentando o genocídio da população jovem negra, injustificável, considerando que todas as mortes devem ser investigadas, pressuposto para romper o ciclo de impunidade. Em conclusão, agradeceu a oportunidade e se colocou à disposição para replicar esse modelo de audiência a outros estados, concordando que o primeiro deve ser o Rio de Janeiro e sugerindo que segundo seja o Pernambuco. Após, o **Vice-Presidente da Comissão Nacional de Promoção da Igualdade e representante do Presidente do CFOAB, Humberto Adami**, cumprimentou a todos e parabenizou a realização da audiência e a representante do Movimento Mães de Maio, Débora Maria da Silva, pela instigação. Ratificou a fala do

Handwritten signature and initials in blue ink.



Ministro Interino da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Giovanni Benigno Pierre da Conceição Harvey na Audiência Pública para Redução das Barreiras de Acesso à Justiça à Juventude Negra em Situação de Violência, ocorrida em Brasília, de que o número de homicídios da população jovem negra está fora de controle. Contou que há provas de que a Polícia tem forjado cenas de crime para justificar as mortes, como na Chacina do Cabula. Lembrou que o Estado brasileiro e o Estado de São Paulo já foram denunciados e responsabilizados por omissão na Organização dos Estados Americanos (OEA), pelo caso Simone A. Diniz, vítima de crime racial (Relatório nº 066/2006). No entanto, tendo em vista que essa dívida foi socializada e paga pela sociedade, sugeriu que o CNMP e o CNJ pedisse a individualização dos agentes e a responsabilização pessoal no caso dos Crimes de Maio. Em relação as ações da CFOAB, mencionou a criação da Comissão Nacional da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil, que visa resgatar o passado de responsabilizar o Estado pelo crime de escravidão, com a ajuda de várias seccionais. Dando prosseguimento, o **Juiz de Direito da 27ª Vara Cível Central, Vitor Frederico Kümpel, representando o Presidente do TJSP**, agradeceu a oportunidade e noticiou sua participação em Audiência Pública sobre as cotas raciais, afirmando que provavelmente até final do ano seria publicada norma interna para inclusão de negros e índios no Poder Judiciário estadual. Esclareceu que o Judiciário é inerte no Estado Democrático de Direito e não trabalha na investigação, mas a Polícia Judiciária, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Advocacia. A indicação de arquivamento, especificamente, é feita pelo MP. Explicou que a responsabilidade do Judiciário nos Crimes de Maio de 2006 se restringiu a julgar os pedidos feitos, mas que houve poucos: apenas uma ação penal e oito ações indenizatórias, das quais três foram procedentes, cinco foram improcedentes e uma se encontra em grau de recurso. Lamentou que a única pesquisa feita sobre o caso tenha sido por instituição estrangeira (Harvard) e que não tenha sido facultado acesso a nenhuma informação, o que revela um certo “cinismo do Estado brasileiro”. Ao final, parabenizou que mudanças tem sido feitas e que o debate sobre o caso já é um avanço e mostra a intenção de se mudar o estado de coisas. Após, o **Juiz de Direito do TJSP, Christopher Alexander Roisin**, relatou que o TJSP possui uma Comissão específica para promoção dos direitos dos afrodescendentes. Também, noticiou a proposta de Resolução do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para regulamentar as cotas raciais. Afirmou que se trata de um problema socioeconômico e todos os Poderes precisam se engendrar em ações de educação e cultura, para que capacitem a sociedade sobre os meios de garantia de seus direitos, por meio da Polícia, Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia. Por fim, desejou que as mortes de maio de 2006 sejam investigadas e punidas. O **Presidente** solicitou aos juízes do TJSP acesso à pesquisa feita sobre os casos de maio ajuizados, bem como as razões dos processos arquivados e dos que tiveram a aplicação do art. 28 do Código de Processo Penal. Ainda, noticiou que o CNMP tem dois procedimentos relacionados às cotas raciais: um estudo que visa a normatização interna, sob relatoria do Conselheiro Marcelo Ferra, e um precedente em que se validou a política afirmativa no Ministério Público do Estado da Bahia. Em seguida, o **Presidente da Associação Paulista do MP e Membro e representante da Presidente da CONAMP, Felipe Locke Cavalcanti**, agradeceu a palavra e cumprimentou a todos. Esclareceu que justiça é um bem escasso desde sempre, que depende da atuação das autoridades e que há acertos e desacertos. Recordou que Antônio de Queiroz Filho, membro do MPSP que deu nome ao auditório em que se realiza a Audiência Pública, foi designado pela Comissão Internacional da Organização das Nações Unidas (ONU) que investigou a morte de Patrício Lumumba, no Congo. Citou também Hélio Bicudo, Procurador-Geral de Justiça que se destacou no combate ao Esquadrão da Morte e outras investigações de violações de direitos humanos. Afirmou que a condenação do coronel Ubiratan Guimarães e os demais policiais envolvidos em razão do massacre do Carandiru pela OEA foi fundada em provas colhidas pelo MP com as vítimas. Mencionou, ao final, que o MP não possui independência total para investigar e responder à sociedade. Ressaltou que a rejeição da PEC 37/11 foi uma vitória mas não foi suficiente. Por fim, defendeu a eleição direta dos procuradores-gerais do MP, da república e dos estados, uma vez que as escolhas

em



com base nas listas tríplices seriam arbitrárias. Ato contínuo, o **Secretário da Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas da SEPPIR/PR, Ronaldo Crispim Sena Barros**, cumprimentou a todos e parabenizou a representante do Movimento Mães de Maio, Débora Maria da Silva, “por ter transformado seu luto em luta”. Ressaltou que houve a letalidade no Brasil reduziu 20% para jovens brancos, enquanto, no mesmo período, amentou 56% para jovens negros. Afirmou que as políticas sociais universais, inclusive de segurança pública, precisam ser qualificadas com as políticas afirmativas, e não apenas em relação ao acesso. Destacou que apenas mudanças estruturais podem dar conta da dimensão desse problema, como a criação de estruturas de prevenção, avanço no controle externo da política, oferecimento de condições de promotorias e varas especiais. Ratificou as ações em andamento na SEPPIR/PR e mencionou que o Pacto pela Redução dos Homicídios é prioridade da Presidência da República, uma vez que os avanços sociais não foram suficientes e são necessários novos paradigmas para enfrentar a questão da violência e o índice de letalidade de jovens negros. Por fim, enfatizou a irracionalidade de o Estado matar jovens precocemente, talentos que tem a possibilidade de transformar substancialmente a realidade deste país. O **Presidente** ressaltou que o trabalho do CNMP em relação às políticas raciais ainda é incipiente, mas não vê como haver retrocesso: as portas foram abertas e dificilmente serão fechadas, considerando as conquistas já realizadas. Finalizando a rodada de manifestações institucionais, o **Procurador-Geral de Justiça de São Paulo, Márcio Fernando Elias Rosa**, destacou que suas preocupações vão ao encontro das demais, tanto em relação da necessidade de um sistema único de segurança pública, haja vista a incapacidade de municípios e estados gerenciarem os problemas urbanos e a instabilidade ora política ora econômica ameaçarem os direitos da população. Ressaltou a importância de os órgãos públicos e movimentos sociais atuarem em parceria. Enfatizou que a imparcialidade e a neutralidade com que devem atuar o Poder Judiciário e o Ministério Público não se confundem com a indiferença e a incapacidade de se sensibilizar com tragédias como a apresentada. Comprometeu-se a colocar à disposição todos os procedimentos, em qualquer fase de andamento, para exame de toda e qualquer pessoa que queira e possa a ter acesso. Mencionou as Resoluções 40 e 41, que regulamentam a obrigatoriedade de comunicação a membro do MP de todo homicídio praticado por agente ou contra agente do Estado. Citou que o MPSP formalizou dois termos de cooperação: um para permitir a rápida retransmissão dos homicídios que ocorrem por grupos de extermínio e outro para reduzir a vulnerabilidade da juventude negra à situação de violência. Noticiou, ainda, em relação aos fatos, que foram instaurados dois inquéritos civis, pela Promotoria de Direitos Humanos de São Paulo: um objetiva a reparação civil pela ação ou omissão do Estado em relação aos Crimes de Maio de 2006 e o outro visa o acompanhamento das políticas públicas do município ou estado para redução da letalidade decorrente da atuação da atividade policial. Ao fim, deixou as portas abertas para outras providências e mais debates. Após, o **Presidente** suspendeu a Audiência Pública para o almoço. Às quatorze horas, retomou os trabalhos e passou a palavra aos inscritos para manifestação. Com a palavra, a **representante da Associação Federal de Psicologia, Maria Aparecida da Silva Bento**, comentou sobre sua participação em um curso de formação para 47 procuradores sobre o tema das relações sociais, realizado há 15 anos. Disse que, após a experiência, passou a compreender a dificuldade de haver um jovem negro de periferia nessa posição e de situações como o Massacre de Maio se perpetuar. Saliu duas razões. Primeiro, mencionou que a visão de mundo importa para a tomada de decisão de quem tem a caneta na mão. Afirmou que a imagem de negro como bandido e pobre e dos brancos invadindo o espaço da periferia, aprendida na escola e reforçada pela mídia cotidianamente, está no imaginário de todos, inclusive policiais, promotores, procuradores, defensores, juízes e outras autoridades. Complementou que a objetividade da atuação das pessoas nesses cargos não impede que a subjetividade e os preconceitos se manifestem nas suas decisões institucionais, ainda que não intencionalmente. Segundo, exemplificou que os psicólogos, ao estudarem os motivos do holocausto, concluíram que um dos fatores era a ausência total de identificação, nenhum vínculo emocional, de humanidade, entre os soldados nazistas e os judeus. Por fim, propôs



que as autoridades questionem a gravidade da situação, as razões que favorecem o arquivamento de tantas investigações, a perpetuação da situação de violência e as possíveis soluções. Sugeriu que haja um esforço de capacitação e ressaltou que o MP tem um papel fundamental na implementação da Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, que modifica a Lei de Diretrizes Básicas da Educação para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Dando prosseguimento, ouviram-se **as mães e os familiares dos mortos e desaparecidos no Massacre de Maio** inscritos para manifestação. **Vera Lúcia Andrade de Freitas**, mãe do Mateus Andrade de Freitas, afirmou que o filho foi morto no dia 17 de maio de 2006. Disse que o seu filho tinha ido para a escola porque o Secretário de Segurança disse que a situação estava controlada. Assim que chegou, a escola mandou todos os alunos para casa por causa do toque de recolher. Na volta, ele e o amigo Roberto foram assassinados por dois encapuzados, às vinte horas, perto de casa. O marido, João, queria levar o corpo do filho pra casa e a Polícia não deixou. Eles foram juntos para Santa Casa, levando o corpo do filho. O corpo do Ricardo chegou pouco depois. Ricardo tinha 17 anos e queria ser famoso, ser jogador de futebol. Não tinha nem pai nem mãe, apenas uma vó que parou de comer após a morte do neto e veio a falecer. As mães se juntaram e não encontraram nada, nenhum documento, nenhuma notícia, nenhuma informação foi fornecida. Já um cantor que morre em Santos tem três testemunhas ouvidas uma hora e meia depois. A mãe disse que sente que nenhuma autoridade quer ouvir ou ajudar, pois já se passaram nove anos e nada foi feito. Por fim, salientou que aguarda uma investigação federal, porque, em âmbito estadual, ninguém teria interesse nenhum em fazer. Em seguida, **Vera Lúcia Gonzaga dos Santos**, mãe de Ana Paula Gonzaga dos Santos, relatou que sua filha estava grávida e foi morta no dia 15 de maio de 2006, um dia antes de fazer a cesárea de seu filho. Saiu, acompanhada de seu marido, às 19h15 para um bar comprar leite e o vendedor disse que não tinha. Quando saíam do bar, dois militares que estavam lá entraram em um carro preto e começaram a seguir o casal e outros dois acompanhantes, até que foram parados e abordados, já com tiros. Os acompanhantes conseguiram fugir, mas a filha não conseguiu correr por conta da gravidez e o marido ficou para proteger. Tentaram argumentar tendo em vista a situação da filha, mas os policiais teriam atirado na cabeça e na barriga da dela e metralhado as costas do marido, levando os corpos para a Santa Casa. Manifestou que o processo da filha foi arquivado em seis meses, por omissão das autoridades. Complementou que havia provas, testemunhas que tinham medo de falar porque eram ameaçadas, incriminadas, presas ou assassinadas. Relatou que, em razão da sua busca por justiça, ficou encarcerada durante três anos e dois meses. Disse que ficou com uma neta de dois anos, hoje com nove, que não tem lembrança de seus pais. Falou que não mataram só a filha dela, mas ela em si, e que culpados não são apenas quem atira, mas que manda e quem aceita. Falou que tem horas que não gostaria de estar no Brasil, pois a impunidade alcança só os brancos e ricos. A cada um policial que morre na Baixada Santista, 10 civis são assassinados, não importa quem o matou, como o caso do soldado Fukuhara. Salientou que não achou justo que novamente não estava sendo ouvida pelas autoridades que falaram na parte manhã da audiência e não estavam no auditório na parte da tarde. Afirmou que se eles tivessem tido pulso firme para tomar as providências, essa situação não teria se repetido ao longo dos anos. Ao final, pediu prioridade para a Baixada Santista. Disse que todas as portas foram fechadas e que não têm a quem mais recorrer. Após, **Edinalva Santos** afirmou que seu filho, Marcos Ribeiro Filho, 26 anos, foi assassinado no dia 14 de maio de 2006, no Dia das Mães, deixando uma neta de 11 meses. Ele teria ido surfar quando um carro preto com pessoas encapuzadas o pararam e nele atiraram com nove tiros, sendo três na cabeça, um na mão que usou para se defender. Entre os outros três amigos que estavam presentes, um foi assassinado também, outro ficou aleijado e outro conseguiu fugir, quem contou o que tinha ocorrido e afirmou que eram policiais militares disfarçados. Disse que ela e seu companheiro foram presos, acusados injustamente de tráfico de drogas, mas que haviam colocado cocaína e balança dentro de seu estabelecimento. Mencionou que ficou presa 8 dias presas e seu companheiro ficou preso 3 meses e 15 dias e que, após cinco anos, corre o risco de voltar para

2

1



a cadeia por causa disso. Pediu encarecidamente alguma providência, pois em 9 anos teve apenas sofrimento, pela morte do filho e por ameaça e perseguição. Dando prosseguimento, **Maria Sônia Lins** relatou que seu filho, Wagner Lins dos Santos, foi morto no dia 15 de maio de 2006. Disse que seu filho era pizzaiolo e que no dia havia ido almoçar com ela e foi pra casa porque às quinze horas era o toque de recolher. Relatou que às 22 horas recebeu uma ligação dizendo que ele havia sido baleado e não estava bem pois havia levado um tiro no abdômem e seu sobrinho, na perna. Ao chegar no hospital, teve a notícia de que seu filho havia falecido. Contou que foi a pior notícia do mundo. Complementou que isso desestruturou toda a família, que ela e outros membros da família se tratam psicologicamente, que seu neto não entende por que o pai morreu. Disse que Baixada Santista é um terror. Por fim, clamou pelo fim das mortes, pois ninguém tem o direito de tirar a vida de ninguém. Em seguida, **Ilza Maria Dias Soares** afirmou que seu filho, Tiago Roberto Soares, foi morto no dia 14 de maio de 2006, quando recebeu uma ligação e correu para Santa Casa para reconhecer o corpo. Contou que sua vida nunca mais foi a mesma, que não confia mais na polícia e em nenhuma autoridade, que os teme mais do que a qualquer bandido. Mencionou que é muito decepcionante criar um filho lhe dizendo para que lute pelos seus direitos e vê-lo ser morto dessa forma, bem como pagar impostos para ter o filho assassinado e nada ser feito em nove anos. Complementou que se não fosse as Mães de Maio, não teria nenhuma esperança. Ao final, pediu encarecidamente o desarquivamento e a investigação. Após, **Helena Fonseca** relatou que seu filho, Fábio Fonseca, e sua nora, Aline Santos Rodrigues, que estava grávida de cinco meses, foram mortos, em uma avenida movimentada, com a filha deles de quatro anos de idade presenciando tudo. Mencionou que em 2006 não encontrou nenhum apoio na promotoria e na vara locais. Disse que o filho era trabalhador e que foi acusado injustamente de matar um taxista pois era pobre e preto, razão por que ficou preso durante um ano e dois meses, foi torturado e ficou obrigado a conviver com vários marginais. Falou que apesar de ter saído da cadeia, ficou marcado pela polícia, motivo por que foi assassinado. Afirmou que levou todas as provas (balas, vídeos), as testemunhas, os fatos, “tudo mastigado”, deu todos os nomes à mídia e as autoridades ignoraram a existência de tudo. Exemplificou dizendo que o “Delegado Alcino” afirmou que era uma “queima de arquivo”, que ela insistiu na investigação e que ele o ameaçou. Falou que o “Promotor Borba” prometeu ajuda mas pediu o arquivamento. Citou que recebeu uma carta do policial Dário Tavares com uma lista dos próximos a morrerem e ela era a primeira. Afirmou que deu a lista “ao Defensor e ao Promotor de Santos, Cássio”, mas que eles não impediram que as mortes anunciadas ocorressem, como o de “Negrinho Caixeta”. Mencionou que deu o nome do José Roberto Lades, conhecido por “Latino”, que era o chefe dos “Ninjas da Baixada” e 31 nomes das pessoas que conhecia e que teriam sido mortos por essa equipe, mas que apenas um teve inquérito. Afirmou que espera ver justiça ou, pelo menos, investigação, da Polícia Federal, a única que entende que “não é corrupta”. Relatou que a morte de seu filho causou o seu câncer de pulmão, a morte de sua irmã, o transtorno de sua neta que não entende a morte do pai e teme a polícia e o transtorno bipolar de sua outra neta. Disse que buscou um advogado particular e que não encontrou nenhum que quisesse a causa. Parabenizou todos pelo evento, mas ressaltou que não estava acostumada a ver essa abertura em Santos. Por fim, agradeceu ao Defensor Público do Estado de São Paulo, Antônio Maffesoli e sugeriu que se investisse mais na Defensoria Pública, que esteve sempre disposta a ouvir a população. Dando prosseguimento, **Maria Gorete Rodrigues Marques**, mãe e avó de Rafael Sousa de Abreu, relatou que ele foi morto em 26 de março de 2010, pelo grupo de extermínio da polícia militar, não encapuzados, por 8 tiros, dois nas pernas e o resto na cabeça, enquanto estava sentado na calçada, com a namorada e dois colegas. Afirmou que o filho foi morto porque uma loja havia sido roubada, Surf Store, e ele havia sido preso por uma semana. Disse que denunciou o nome do “cabo Ferreira”, conhecido por “Capoeira”, o policial que estava dirigindo a moto e o dono da loja. Mencionou que foram ouvidas todas as testemunhas, inclusive algumas protegidas, mas o processo foi arquivado, por pedido do “promotor Borba” e decisão do “juiz Castelo”.

. Falou que recorreu ao STJ. Ao final, reiterou que a polícia continua agindo com o




mesmo *modus operandi* e que espera justiça. Em seguida, **Maria Helena Teles de Pina**, mãe de José Rodrigo de Pina Junior, declarou que seu filho foi morto, com 25 anos de idade, no dia 7 de outubro de 2012. Contou que, às 00h15, o “sargento Fukuhara” foi morto e trinta minutos depois, 8 civis foram assassinados, sob pretexto de que era integrantes do PCC. Falou que seu filho foi o segundo a ser assinado, pelo simples motivo de ser negro. Mencionou que não moravam na favela, mas no bairro Gonzaga, na praia. Disse que seu filho foi morto não porque estava no lugar errado e na hora errada, mas porque era negro. Relatou que ele colocava a chave no portão de sua própria casa e a polícia já o parava; se não tivesse ninguém da família na entrada, ele levava uma “geral”, pois “se não era jogador de futebol, era traficante”. E os policiais sabiam que ele não era, pois alguns eram vizinhos. Citou que era véspera de eleição e que o “sargento Fukuhara” era chefe do “grupo de extermínio da Falcon”, tido como exemplar e temido, pois assombrava a população. Manifestou que sente que as autoridades estão debochando dela e que seu caso não representa nada para eles, é só mais um entre tantos. Mencionou que as notícias não aparecem na televisão, mas toda a comunidade sabe, só que tem medo de falar. Na situação, disse que haviam mais de cinquenta pessoas na rua, mas que ninguém se candidatou a testemunhar e ninguém foi chamado na delegacia para depor, nem ela. Contou que sua família ficou destruída e que hoje ela se trata com remédios. Por fim, lamentou que Santos seja uma cidade sem lei. Após, **Francilene Gomes Fernandes** relatou que seu irmão, Paulo Alexandre, desapareceu no dia 16 de maio de 2006, na segunda-feira após os “ataques”, que seriam “revide da polícia a mando do governo estadual”, segundo provariam vários documentos. Contou que nessa noite 85 pessoas assassinadas em menos de doze horas. Disse que nunca teve acesso ao corpo do seu irmão, que tinha 23 anos, era negro e morador da periferia do Itaquera e estava em liberdade condicional, por ter furtado onze reais na caixinha de natal 11 reais do mercado para comprar drogas. Disse que seu irmão foi morto porque tinha tatuagem, característica buscada pelos policiais porque algumas teriam relação com o PCC. Mencionou que ficou uma semana no IML, esperando o corpo chegar, onde viu que muitos casos eram parecidos e se aproximavam de crimes de execução, sem confronto, pois cada vítima levava em média 6 a 8 tiros, a curta distância, na região central e em partes que usavam para se proteger, como a mão, ou para correr, como as pernas. Relatou que não pode fazer um sepultamento digno para “chorar sua dor”. Enfatizou a omissão do Estado, pois depois de mais 3 mil dias não teve resposta nenhuma. Disse que foram enviadas cartas ao MPSP para que alguma providência fosse tomada, mas que nada foi feito. Destacou que qualquer avanço foi em razão da luta coletiva. Reforçou o pedido de que os crimes fossem federalizados, pois acredita que não existe mais possibilidade de investigação no Estado de São Paulo. Contou que possui uma mãe com mal de Alzheimer. Ao final, agradeceu ao Densor Público Antônio Maffesolli, que conseguiu com que a Defensoria de Santos atendesse aos casos da capital. Dando prosseguimento, **João Inocêncio Correa de Freitas**, pai do Mateus Andrade de Freitas, e marido da primeira depoente, Vera Lúcia Andrade de Freitas, complementou o caso dizendo que ouviu os tiros de casa, que o policial que atirou era conhecido, nasceu no bairro e hoje é Subsecretário de Segurança da Prefeitura Municipal de Santos, e o coronel daquela época é o atual Secretário de Segurança da Prefeitura Municipal de Santos. Mencionou que quando tiveram notícia da investigação do caso de seu filho, o processo já estava no Ministério Público, sob responsabilidade do promotor de justiça Otávio Borba, conhecido em Santos. Relatou que a morte de seu filho e do “colega Ricardo” foi justificada um por envolvimento no tráfico de drogas e o outro por ser testemunha. Pediu que o delegado respondesse por isso. Solicitou respostas a duas contradições que encontrou no processo: 1) como a testemunha foi morta primeiro, alvejada a duas quadras antes do principal; e 2) como sabiam que filho estava na rua se era pra estar na escola? Contou, ainda, que o laudo toxicológico do filho, que tinha resultado negativo e ele mesmo foi buscar no IML, que não estava inicialmente no processo, o que sugere que tenha sido retirado para justificar o suposto envolvimento com drogas. Ressaltou que “traficante” funciona “como uma senha para que a polícia não investigue”. Relatou que teve reparação civil, mas que não era isso que queria apenas, e sim que fosse apurada a responsabilidade dos atores desses “crimes



horrendos”. Sugeriu que fosse pensado outro tipo de procedimento quando uma pessoa é morta nessas circunstâncias, identificando não apenas a autoria individual mas uma investigação mais profunda para identificação de um grupo de extermínio que atue na localidade. Por fim, agradeceu a oportunidade, declarou que já fez vários depoimentos mas que continuará na militância, pois acredita que está ocorrendo um avanço, dada a presença de tantas autoridades. Em seguida, **Gisélia Barbosa Lima**, mãe de Henrique Barbosa da Silva, disse que seu filho foi assassinado no dia 18 de março de 2012, com 18 anos, na periferia da Zona Sul, no bairro Cantinho do Céu. Relatou que seu filho era negro, nunca havia usado drogas e era honesto, estudava e trabalhava, no McDonalds, inclusive fazendo hora extra para comprar um celular. Mencionou que ele foi a uma festa e quando retornava andando pela avenida com vários colegas, às quatro horas da manhã, foram alvejados, na frente do mercado com colegas, na avenida, mercado Ki Preço, onde havia sido assaltado recentemente. Citou que os tiros foram disparados por dois policiais à paisana e que seu filho foi atingido nas costas e na nuca, segundo os relatos dos colegas que conseguiram fugir. Quando os policiais viram que na mochila dele só havia o uniforme do trabalho, colocaram uma arma na mão dele para forjar troca de tiros e deram fim no seu celular para não haver investigação e prova. Complementou que havia na situação mais de vinte adolescentes, mas só três foram depor, dos quais dois foram presos. Relatou que foi “debochada” no julgamento pelos policiais, que estava comemorando o arquivamento de um dos acusados no corredor antes mesmo de finalizada a sessão, em que não houvera a oitiva das testemunhas. Disse que o outro acusado foi condenado em mais de quatorze anos mas que já estava livre. Complementou que os dois acusados já tinham sido processados antes. Falou que ela e seus outros filhos estavam sendo intimidados por eles e os donos do mercado, que estava aberto no dia seguinte ao da morte de seu filho, como se nada tivesse acontecido. Ao final, relatou que não dorme direito e que acha que está ficando louca, pois imagina que o filho vai chegar qualquer hora, pensa que o vê em todo lugar. Confessou que já pensou até em se matar, “se jogar no metrô porque não vê justiça neste país pra quem é preto”. Após, **Andrea Franco Rodrigues**, relatou que seu filho Michael Rodrigues Moraes foi morto por sete tiros disparados por seis policiais da Força Tática, que abordaram o carro em que o filho estava, já atirando no motorista e nos demais que tentaram fugir. Mencionou que seu outro filho foi até a cena do crime imediatamente após e foi espancado na tentativa de obter informações, sendo socorrido pela população, levado ao hospital, onde seu irmão chegou, já morto, apesar dos depoimento dos policiais que disseram que ele havia chegado vivo. Complementou que, na primeira audiência, as testemunhas que pediram para não serem ouvidas na frente deles não foram atendidas. Citou que os policiais ficaram presos por 3 meses e 10 dias e que debocharam após terem sido soltos, dizendo que nada foi provado e que “ela ainda paga o salário deles”. Falou que consta no processo a justificativa de troca de tiros após os adolescentes terem furado os semáforos, mas que na filmagem da rua não havia nada. Disse que as mães dos outros quatro casos têm medo de depor porque os policiais são vizinhos, estão soltos e trabalham perto das casas das famílias. Por fim, relatou que recorreu no caso de seu filho e que alguns processos sumiram, que os “juízes também tem culpa sim” e que é injusto que os policiais responsáveis pelo homicídio aguardem julgamento soltos, só porque são brancos. Finalizando a rodada de depoimento das mães e familiares, Flávia **Cristina dos Santos**, mãe de Rogério Luís dos Santos, disse que seu filho foi morto com dois tiros no peito, no bairro Glicério, próximo à Praça da Sé. Relatou que seu filho estava deitado no seu quarto de pensão, em que era impossível haver troca de tiros, segundo provam inclusive filmagens do fato que mostram policiais tirando o corpo da cama e colocando no chão, com uma arma próxima à mão. Complementou que o corpo foi liberado no IML antes do reconhecimento dela. Falou que teve que se mudar e hoje vive escondida, haja vista as ameaças e intimidações que ela, seus outros quatro filhos e vizinhos estavam recebendo. Ao final, pediu justiça e verdade. Dando prosseguimento, o representante da EDUCAFRO, Frei David Raimundo dos Santos, enfatizou que a esperança em relação à irresponsabilidade do Estado de São Paulo recai sobre o CNMP. Em relação aos Crimes de Maio, afirmou que se tratava de uma guerra entre o PCC e a polícia, que não aceitando mais



dar dinheiro, matou 59 policiais, que revidaram executando sumariamente 493 civis, mais que os 426 mortos e desaparecidos durante a Ditadura Militar, dos quais 400 eram negros, 6% apenas tinham passagem pelo sistema prisional, 124 foram registrados como autos de resistência, nos quais alguns haviam mais de uma morte registrada, e 90% dos inquiridos não prosperaram. Reforçou que a razão disso não era falta de provas. Citou exemplos de casos que tiveram a cena do crime montada pelos policiais. Mencionou crimes mais danosos cometidos por brancos ricos que não tiveram a mesma penalização que crimes menos danosos cometidos por negros pobres. Ressaltou que as responsabilizações visam dar mais autoridade aos bons policiais, exemplificando com o caso do sargento Marcos Akira, que denunciou 17 policiais corruptos da Zona Leste de São Paulo em janeiro de 2015 e eles foram presos, dos quais, porém, 14 já foram libertados. Pediu para que as autoridades tivessem mais sensibilidade e revissem suas práticas com mais seriedade, sob pena de serem denunciados a órgãos internacionais. Questionou ao Presidente o que falta para que os Crimes de Maio sejam federalizados. Pediu que o PGJ solicitasse ao Governador do Estado de São Paulo assistência psicológica imediata aos familiares das vítimas. Demandou indenização das famílias. Por fim, noticiou que as cotas raciais serão assinadas no STJ no dia 6 de maio de 2015, às dezessete horas, solicitando ao MPSP que elaborasse uma norma interna sobre o tema antes dessa data e que o CNMP que viabilizasse o julgamento do processo com esse tema na mesma data. Em seguida, o **representante do Comitê contra o Genocídio da Juventude Preta Pobre e da Periferia e do Movimento Tortura Nunca Mais, Francisco Bezerra dos Santos**, ressaltou que, tal qual os Crimes de Maio, houve mais mortos no Massacre do Carandiru do que os anunciados. Segundo testemunhas sobreviventes, são mais 300 mortos e não 111. Destacou que deveria haver investigação de todos os casos e que não pode haver mais acordos entre polícia e crime organizado, que isso é uma verdadeira guerra e faz imperar o medo, razão pela qual ainda muitas mães não estavam presentes ou não haviam se manifestado ou não saem de casa. Enfatizou a necessidade de se chamar o comandante e a presidenta da FEBEM (Fundação Casa) para se manifestarem, bem como de se reformar o Judiciário, para que aprendam a receber bem a população a exemplo da Defensoria. Por fim, relatou que a periferia está se organizando para denunciar, porque a mídia não faz. Após, a **jornalista da Associação dos Correspondentes Estrangeiros, Ali Rocha**, contou que na época fez a cobertura dos casos, inclusive participando da produção de um documentário, e que nenhum deles avançou. Mencionou que em 2009, por meio da Anistia Internacional, pediu informações ao MPSP e recebeu a resposta padrão que o órgão estava “realizando levantamento”, até hoje sem dados concretos. Complementou que 31 membros fizeram um abaixo-assinado em defesa dos policiais antes que fosse investigado qualquer caso. Destacou que os últimos três Secretários de Segurança Pública vieram do Ministério Público. Ao final, questionou o que ainda pode ser investigado e o que falta para que isso aconteça. O **Presidente** mencionou que espera que até agosto de 2015 o Plenário do CNMP e os membros signatários do Protocolo de Intenções para Redução das Barreiras de Acesso à Justiça à Juventude Negra em Situação de Violência apresentem uma resposta aos Crimes de Maio. Dando prosseguimento, o **Defensor Público do Estado de São Paulo, Antônio Maffesoli**, saudou os movimentos sociais pela luta, lamentando que ele é cada vez maior pelas mortes terem continuado, e cumprimentou o CNMP pelo acolhimento da demanda. Relatou que a atuação da Defensoria Pública teve como resultado as oito ações de indenização já citadas em razão da omissão do Estado de São Paulo, fundamentada em três motivos: fortes indícios de que o grupo de extermínio “Ninjas” atuante em Santos é formado por policiais militares, falhas na promoção de segurança pública nos doze dias de maio de 2006 e falhas na investigação das mortes. Complementou que as oito ações foram julgadas improcedentes na primeira instância em Santos, a maioria das sentenças foram mantidas em segunda instância mas duas foram reformadas, o que mostram que o pedido não era irrazoável. Relatou que a Defensoria Pública da capital foi lamentavelmente uma das últimas a serem criadas no Brasil, no dia 15 de abril de 2006, quando os crimes já haviam iniciado. Portanto, quando a Defensoria Pública foi acionada, a maioria dos casos já estavam arquivados, razão pela qual a


oy k



estratégia adotada foi pedir o desarquivamento e a federalização. Ressaltou que para tanto os familiares tiveram que trazer e produzir provas, transferindo a elas uma responsabilidade que era do Estado e as punindo, uma vez que foram incriminadas pela busca de informações. Concordou que a federalização não é a solução para todos os casos, tendo até hoje apenas dois casos sido apresentados, mas que é uma possibilidade para os Crimes de Maio, haja vista a ausência de investigações, negligências, exames não realizados, testemunhas não ouvidas. Informou que após todas as ações, só houve uma movimentação após quatro anos, não havendo nenhuma resposta definitiva. Noticiou que há duas semanas, a Defensoria ingressou com pedido na Polícia Interamericana de Direitos Humanos, cuja resposta também demora, mas a tentativa é válida, haja vista que o Estado continua falhando na promoção do acesso à justiça e à verdade. Por fim, sugeriu ao CNMP que considerasse alguma medida, como promotorias especializadas, para que os casos envolvendo violência policial ou estatal sejam priorizados, uma vez que muitos crimes são forjados por autos de resistência e alguns envolvem a polícia organizada em grupos de extermínio. Em seguida, **o membro colaborador do CNMP e integrante do Grupo de Trabalho Enfrentamento ao Racismo e Respeito à Diversidade Étnico Cultural da CDDF do CNMP, Olympio de Sá Sotto Maior Neto**, cumprimentou a todos e manifestou sua solidariedade às mães de maio pelas atrocidades. Esclareceu que, em relação à justiça de transição, a instauração de Comissão de mortos e desaparecidos e foi um grande passo, a partir do que se pode identificar as vítimas e repará-las, não apenas financeira, mas simbolicamente, reconhecendo o Estado o seu erro e fortalecendo os valores e objetivos democráticos, por meio do resgate da verdade e da memória. Ressaltou que se trata de uma responsabilidade política, profissional e ética do Estado brasileiro e de cada unidade federativa fazer o mesmo em relação aos crimes noticiados, em especial do Ministério Público, a quem cumpre o controle externo da atividade policial, e no âmbito estadual, uma vez que o MPF não tem condição em estar presente em todos municípios. Também, propôs a instituição de uma delegacia especializada na apuração, prevenção e repressão da criminalidade contra grupos vulneráveis, em que se incluem os casos de racismo, pois essas seriam vítimas preferenciais. Pediu a reflexão sobre o Projeto de Lei em andamento que diminui a maioria penal, que não atenderia aos direitos dos adolescentes e os exporia a uma violência ainda maior, aumentando a exclusão, pois seriam ainda mais negros, jovens e pobres encarcerados. Ao final, afirmou que foi revitalizado no seu dever de procurador de justiça de promover uma sociedade livre, justa e solidária. Após, **o Coordenador do Conselho Nacional de Direitos Humanos da SDH/PR, Rildo Marques de Oliveira**, mencionou que foi elaborado por seu órgão um relatório sobre os Crimes de Maio após um ano do fato, com o compromisso, assumido pelo então Secretário de Segurança Pública de ouvir as mães. Embora isso não tenha ocorrido, entendeu que teria sido suprido por esta Audiência Pública, motivo por que propôs que a degravação fosse encaminhada para aproveitamento na elaboração do relatório final. Sugeriu os Conselhos presentes na causa unissem seus esforços, podendo o CNDH dar a sua manifestação no processo. Relatou que Rose Nogueira, presidente do CNDH, realizou um trabalho fundamental na época em parceria com o Conselho Regional de Medicina, que convocou os legistas, que relataram que os crimes decorreram de execução e não de confronto. Explicou que o CNDH passou por dificuldades políticas nos últimos 5 anos, por não ser independente e não ser visto com bons olhos por fazer as fiscalizações. Exemplificou que conselheiros do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE) estão sendo criminalizados porque fazerem vistoria do sistema prisional. Por essa razão, afirmou que os movimentos sociais são cada vez mais necessários, não apenas para manifestar sua reivindicação, mas também para defender os militantes de direitos humanos. Relatou que o CONDEPE está fazendo uma boa discussão sobre a articulação das instituições para acolher as vítimas que tiveram seus direitos humanos violados ou ameaçados: foram mais de 40 mães, das quais 15 foram alvejadas, 11 vindo a falecer. Destacou que as famílias têm medo e não têm acesso à informação, até sobre o sepultamento. Ressaltou que a participação de policiais ainda não foi identificada, mas o *modus operandi* sim, o que vai ajudar a identificação. Por fim, incentivou que todos



continuem trabalhando. Para finalizar os trabalhos, o **Presidente** passou a palavra ao Procurador-Geral de Justiça de São Paulo, Márcio Fernando Elias Rosa, para responder às demandas apresentadas em relação ao Ministério Público Estadual e, em seguida, à representante do Movimento Mães de Maio, para finalizar a questão por ela iniciada. Ainda, agradeceu a presença de todos e elucidou que qualquer manifestação ou apresentação de documento poderia ser feito por escrito e enviado ao CNMP por meio do e-mail direitosfundamentais@cnmp.mp.br. **O Procurador-Geral de Justiça de São Paulo, Márcio Fernando Elias Rosa**, manifestou sua preocupação em permanecer do primeiro ao último minuto no Auditório para ouvir todas as reclamações e sugestões. Afirmou que não se exime da responsabilidade pelo muito do que ainda precisa ser feito. Disse que não contrastaria nenhuma crítica dirigida ao Ministério Público, ainda que não lhe parecesse justa, ou apontar defeito nas outras instituições, pois preferia acreditar que se cada um fizer sua parte, aperfeiçoando a sua própria atuação, a situação poderia ser revertida ou prevenida. Destacou a necessidade de ser leal com todos. Discordou que a federalização, em sua opinião pessoal, seria uma boa ideia, pois não crê que a Polícia Federal seja capaz de fazer a investigação. Mas enfatizou que se assim fosse decidido, o MPSP seria o primeiro a apoiar o desenvolvimento do trabalho. Relatou que não acredita também na representação aos organismos internacionais como forma de reverter a política do Estado brasileiro de enfrentamento da questão da criminalidade. Manifestou a sua crença no exercício das atribuições dos órgãos, no ajuizamento das ações de caráter indenizatório, sejam de caráter individual, pela Defensoria Pública, seja de caráter coletivo, pelo Ministério Público, para atender a necessidades financeiras e para inibir que haja continuidade dessa (quase) indiferença com a morte de jovens na periferia das metrópoles brasileiras. Reafirmou sua intenção em patrocinar a audiência pública no espaço do MPSP e disse que aguardará o relatório a ser apresentado ao Plenário do CNMP para ser juntado aos inquéritos civis que estão já em andamento na Promotoria de Direitos Humanos e para complementar a análise e a avaliação dos inquéritos policiais. Expôs sua intenção em encaminhar resposta à solicitação formulada pela Ari Rocha, com relatório de tudo que tenha sido feito, apurado e revisado pelo Ministério Público, bem como conclusões e sugestões para o aperfeiçoamento do controle externo da atividade policial em integração com a atuação na área de infância e juventude e para o aprimoramento da atuação da polícia judiciária e da legislação penal, encaminhando o documento também à Comissão na Assembleia Legislativa. Mencionou que o índice de elucidação dos homicídios que ocorrem no território nacional, pelas polícias federal e estadual, é menor que 10%, envolvendo ou não agentes do Estado, o que significa 90% das mortes sem autoria definida. Os Crimes de Maio de 2006, especialmente, demonstram a omissão, a má atuação ou a própria ação do Estado, que, se presta um serviço público, não produziu nenhum resultado satisfatório, seja porque não foi capaz de reprimir, prevenir ou enfrentar essas mortes todas. Concluiu dizendo a necessidade de se trabalhar em duas frentes: da responsabilização civil do Estado e da facilitação de produção de provas de natureza criminal, para enfrentar as dificuldades de identificação da autoria dos réus e o grau de sua participação no crime, como a parceria com órgãos como o CONDEPE e a Secretaria Municipal, para aprimorar a comunicação dos crimes e a agilidade dos trabalhos. Por fim, ratificou a sua disposição de sempre prestar contas e manifestou que jamais terá indiferença a um drama como esse, fazendo de tudo para que haja justiça e agradecendo a confiança da população ainda no Ministério Público Brasileiro, em especial, o de São Paulo. Pondo fim à Audiência Pública, **a representante do Movimento das Mães de Maio, Débora Maria da Silva**, salientou que o mesmo Núcleo contra a Violência da cidade de São Paulo atuasse na Baixada Santista, que a serra e os obstáculos que separam os dois municípios sejam superados. Ressaltou a necessidade que o Ministério Público não apenas vá ao local do crime e investigue as mortes mas também proteja os familiares que são perseguidos, ameaçados e violentados por grupos de extermínio. Destacou a necessidade de que todos se unam para enfrentar o poder da Polícia que passou dos limites. Reafirmou que os Crimes de Maio têm solução e que esta Audiência Pública não pode ser em vão, pois mães deixaram seus trabalhos, filhos e remédios para



estarem ali presente e esperam que seus servidores públicos, cujos salários são pagos com seus impostos, deem solução para a impunidade e reestabeçam a ordem. O Presidente, em nome dos mortos no Massacre de Maio de 2006 e em respeito aos familiares, reforçou os objetivos da Audiência Pública e a encerrou. Assinam esta ata Jarbas Soares Júnior, Conselheiro Nacional do MP e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais; Cláudio Henrique Portela Do Rego, Jeferson Luiz Pereira Coelho e Leonardo Henrique De Cavalcante Carvalho, Conselheiros Nacionais do MP; Esdras Dantas de Souza, Conselheiro Ouvidor Nacional do MP; Márcio Fernando Elias Rosa, Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo; e eu, Jaqueline Barbosa Pinto Silva, Analista da CDDF, que a redigi.

Jarbas Soares Júnior
Presidente da CDDF
Conselheiro do CNMP

Cláudio Henrique Portela Do Rego
Conselheiro do CNMP

Jeferson Luiz Pereira Coelho
Conselheiro do CNMP

**Leonardo Henrique De Cavalcante
Carvalho**
Conselheiro do CNMP

Esdras Dantas de Souza
Ouvidor Nacional do CNMP

Márcio Fernando Elias Rosa
Procurador-Geral de Justiça
MPSP

Jaqueline Barbosa Pinto Silva
Analista da CDDF